

ISSN: 2319-0124

EDUCAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA: do Patronato ao Aprendizado Visconde de Mauá (1918 a 1950)

Paola de SOUZA¹; Daiane A. de MORAIS²; Melissa S. BRESCI³

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre a educação agrícola do IFSULDEMINAS- *Campus* Inconfidentes entre os anos de 1918 a 1950. Inicialmente com intuito de higienização social e formação de mão de obra qualificada, a instituição acolhia os educandos que eram menores de idade abandonados pela família ou com mau comportamento, tinham ensino gratuito com instrução militar, no qual no currículo constava matérias ligadas ao ensino agrícola. Após muitos anos, houve mudanças no ensino o qual abrangeu e ampliou as matérias já ofertadas e aprimorando os recursos didático-pedagógicos. O objetivo deste trabalho é abordar os impactos causados na instituição durante a educação agrícola, nos anos de 1918 a 1950 e verificar as diferentes matrizes curriculares e metodologias usadas pela escola àquela época, conciliando assim estes dados com contexto histórico brasileiro em que o país estava passando.

Palavras-chave: Higienização Social; História da Educação; Mudanças no ensino.

1. INTRODUÇÃO

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – *Campus* Inconfidentes, foi criado em 28 de fevereiro de 1918 ainda á domínio de Ouro Fino e distante de grandes ambientes urbanos, o estabelecimento tinha como nomenclatura Patronato Agrícola “Visconde Mauá”. Criado a partir de programas de higienização social e formação de mão de obra qualificada para o campo, o referido patronato foi instalado no Núcleo Colonial de Inconfidentes/MG, então pertencente à cidade de Ouro Fino /MG, localizado na microrregião do Sul de Minas Gerais (BRESCI, 2017).

De acordo com os documentos preservados no Arquivo Escolar da instituição, em 1918 a escola abrigou exatamente cem alunos do sexo masculino destes, quarenta chegaram totalmente analfabetos. Os menores que ingressaram na instituição eram delinquentes, abandonados por familiares e que apresentavam má conduta, eram principalmente indicados pela polícia ou pelos próprios pais para sua admissão no instituto. O Patronato ofertava ensino gratuito, elementar e com instrução militar, no ensino dos menores constavam matérias como, Canto, Ciências Físicas e Naturais, Caligrafia, Aritmética, Higiene, História do Brasil, Desenho Linear, Geografia, Trabalhos Manuais, Instrução Cívica e Moral e Ginástica, com cursos em oficinas de carpintaria, ferraria, alfaiataria e de couros, além do trabalho doméstico supervisionado, todavia, este era apenas uma

¹ Discente, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: paola.souza@alunos.ifsuldeminas.edu.br

² Discente, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: daiane.morais@alunos.ifsuldeminas.edu.br

³ Orientadora, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: melissa.bresci@ifsuldeminas.edu.br

forma de “disciplinar” a má conduta que era cometida por alguns dos discentes.

Em 1934, a Instituição mudou seu nome para Aprendizado Agrícola “Minas Gerais” e em 1939 para Aprendizado Agrícola Visconde de Mauá, visando abranger ainda mais o ensino agrícola que era voltado para a produção, além do aprimoramento nos recursos didático- pedagógicos. Com essa mudança trouxe também uma matriz curricular diferente, o ensino primário e profissional foram divididos, o primeiro em duas séries além das matérias adicionais como o Português, Geometria Prática e Desenho de cousas, e o segundo (profissional) classificado em quatro séries, com disciplinas mais ampliadas relacionadas ao ensino agrícola como Agricultura Geral, Máquinas Agrárias, Pomicultura, Horticultura, Agricultura Especializada, Zootecnia, Tecnologia Agrícola, Topografia Contabilidade Agrícola entre outras. A metodologia de ensino aplicada aos alunos era avaliada em relação ao seu aproveitamento, comportamento e frequência dentro da instituição, onde os próprios realizavam a limpeza diária da escola.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar as mudanças curriculares que ocorreram na instituição entre os anos de 1918 a 1950, por meio de pesquisas documentais. Relacionando estas modificações com o contexto histórico que o Brasil vivenciava naquela época, como a industrialização e a mecanização do trabalho rural.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a melhor compreensão da organização e o desenvolvimento do processo escolar das centenárias escolas agrícolas, é necessário compreender o contexto histórico brasileiro e suas influências governamentais. O período analisado centra-se na fase histórica da Segunda República brasileira, que se desenvolve no decorrer do nacional desenvolvimentismo, período em que o país passa por um processo de industrialização e mecanização do trabalho rural (ANDREOTTI, 2006). Diante do exposto, podemos afirmar que com o desenvolvimento econômico mundial, passa-se a abordar debates educacionais relacionados às legislações nacionais com diretrizes para as áreas de ensino (SANTOS, 2016) com o intuito de inserir a sociedade no mercado de trabalho, agora mecanizado.

As alterações governamentais, como a estreita relação entre o mercado e as questões educacionais, tiveram grandes impactos no que diz respeito à estrutura curricular das Escolas Agrícolas, tais como a mudança de nomenclatura e a reorganização curricular. Os Aprendizados Agrícolas ofertavam cursos de primeiras letras, com o intuito de aprimorar a qualidade técnica do trabalhador rural. Além disso, também ministravam cursos elementares com dois anos de duração, que ofertavam matérias relacionadas com o trato do solo, noções de agropecuária e instruções de manejo de máquinas e implementos agrícolas (MENDONÇA, 2007).

Diante do exposto, podemos afirmar que os processos governamentais e as novas diretrizes se mostravam cada vez mais focadas na preparação de uma população trabalhadora que pudesse gerar

recursos para o rápido desenvolvimento do país (BRESCHI, 2017). Um exemplo claro disso, foi a disputa do Ministério da Agricultura pela pasta da Educação, que mantinha seu intuito de viabilização de políticas agrícolas com a alegação de um novo processo pedagógico relacionado com o rápido desenvolvimento econômico do país.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia foi exploratória (GIL, 2002) composta pelo levantamento bibliográfico, utilizado para o entendimento do processo histórico e de desenvolvimento do ensino agrícola. Num segundo momento foi realizada a triagem de documentos que compõem o acervo escolar da instituição centenária que hoje é o campus Inconfidentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Os documentos do acervo bibliográfico apresentam os registros das mudanças do período que comprovam os levantamentos bibliográficos obtidos, que possibilita a melhor análise do processo histórico estudado na presente pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O período do nacional desenvolvimentismo inicia-se após a Segunda Guerra Mundial, época em que as atenções eram voltadas para o novo tipo de produção, ou seja, a produção industrial e mecanizada derivada do capitalismo (BATISTA, 2017). Após o início do Estado Novo (1937-1945), ocorre uma nova tentativa de reformar, estabilizar e flexibilizar o ensino com a criação das Leis Orgânicas de Ensino, que visava a reorganização das esferas do ensino básico e profissional, baseando-se na ideia de uma rápida capacitação de mão de obra agrária e um rápido desenvolvimento nacional.

Um exemplo muito importante dessas novas diretrizes é o Decreto de Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946 que detinha leis que se direcionam especificamente a questão da educação agrícola, visando aprimorar a estrutura já iniciada com os Patronatos. Nas diretrizes do decreto, pontuava-se as ofertas do ensino agrícola e a iniciação agrícola, como também questões de organização curricular. Outro fator importante para esse novo processo das escolas agrícolas é a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que continham pastas específicas para a administração das escolas agrícolas que até então eram gerenciadas pelo Ministério da Agricultura.

Contudo, com o desenvolvimento da triagem de documentos até o presente momento, foram obtidos uma série de materiais comprobatórios das alterações do decreto de lei, dentre eles estão o ofício declaratório do novo modelo pedagógico da Escola Nova, que visava introduzir o trabalhador na prática rural desde os primórdios do seu aprendizado, e o documento comprobatório da mudança de nomenclatura de Patronato Agrícola para Aprendizado Agrícola.

As transições políticas foram responsáveis pela reorganização das matérias ministradas, das capacitações e da especificação dos cursos oferecidos, tanto no contexto de formação de profissionais da mestría quanto a capacitação profissional dos cursos de iniciação agrícola. Dessa forma, é possível

entender como o processo pedagógico das Instituições Agrícolas se desenvolviam com influência do Ministério da Agricultura, mesmo que as instituições escolares agrícolas fossem organizadas pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Os Aprendizados agrícolas ainda carregavam um ensino técnico e pouco pedagógico nessas instituições, que tinham como objetivo formar os filhos dos trabalhadores rurais para serem inseridos no modo de produção, agora mecanizado.

5. CONCLUSÕES

Com as informações obtidas até essa etapa do trabalho, podemos afirmar que as mudanças governamentais estruturaram as esferas da estrutura escolar, com o intuito de obter uma rápida mão de obra qualificada que acompanhasse as modificações do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo**. Revista Histedbr On-line, Campinas - SP, v. 1, n. 1, p. 102-123, 2006.
- BATISTA, E. L.; SILVA, J. C. da. NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: 1930 a 1940. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 11, n. 23, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3S5krtD>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRESCI, Melissa Salaro. **ORIGEM E EVOLUÇÃO DO IFSULDEMINAS CAMPUS INCONFIDENTES: QUAL O PRINCÍPIO PEDAGÓGICO?** São Paulo, 2017. 2017. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1707>. Acesso em: 10 out. 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil. **Tempos Históricos**, Niterói - RJ, v. 10, n. 1, p. 255-264, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3EzGtBo>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- SANTOS, Kátia Silva Santos. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: TECENDO FIOS. **Anais**, 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Rio Grande do Sul, p. 1-13, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3T5VhM6>. Acesso em: 10 ago. 2022.